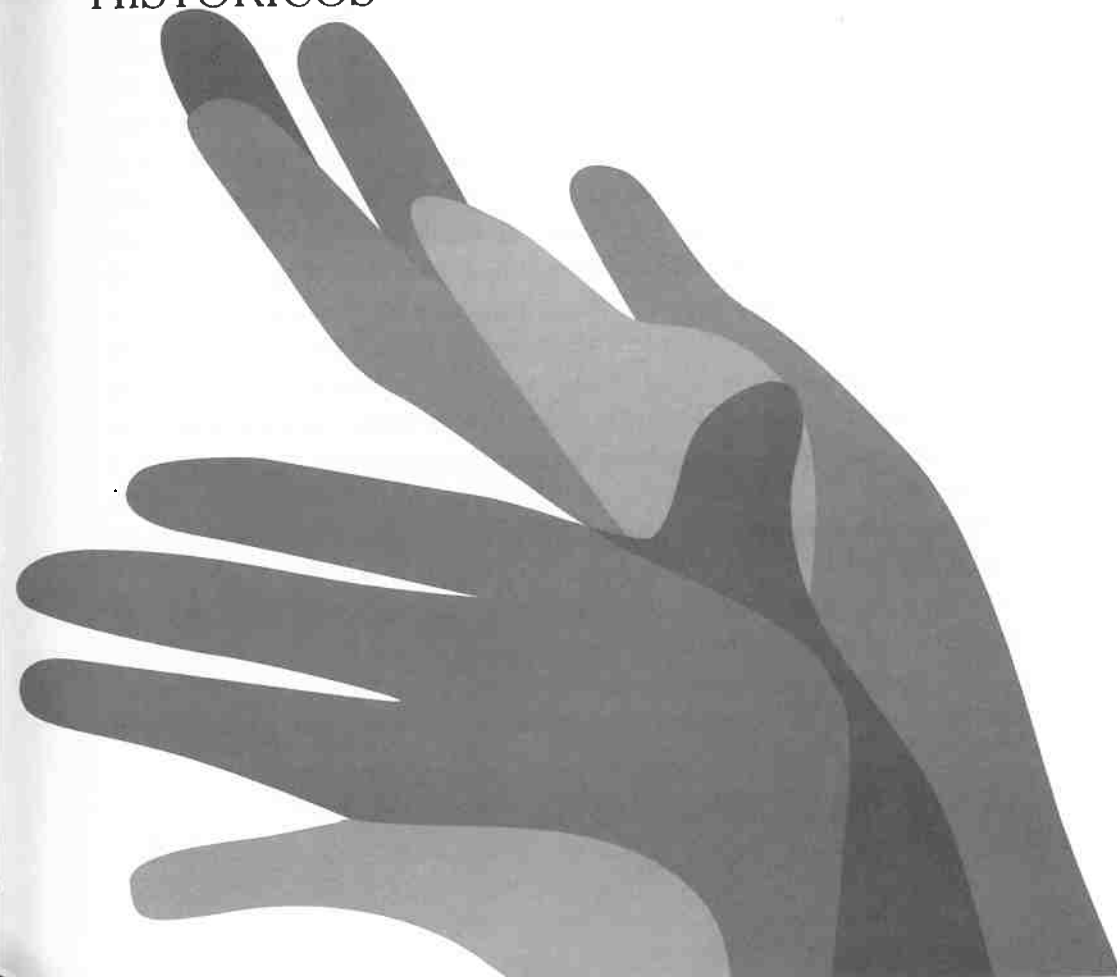


PARTE 2

LIBRAS: ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E
HISTÓRICOS



CAPÍTULO 4

ASPECTOS DA GRAMÁTICA DA LIBRAS

Alexandre Morand Góes

Mariana de Lima Isaac Leandro Campos

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns aspectos da gramática da LIBRAS. Embora essa língua exista há anos em nosso país, somente foi reconhecida em 2002, por meio da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002.¹ A comunidade surda ficou muito feliz pela conquista do reconhecimento linguístico de sua língua, já que a sociedade ouvinte banalizou a língua de sinais e ridicularizou os surdos por serem diferentes durante muito tempo. Os surdos, por muitos anos, foram obrigados a ser oralizados e “normalizados” para que pudessem ser incluídos na sociedade. LIBRAS foi a sigla criada por um grupo de estudos linguísticos do Brasil, que participou da regulamentação da língua para pessoas surdas em nosso país. Outros países têm suas próprias siglas de nacionalização das línguas de sinais, como ASL (American Sign Language), LSF (Langue des Signes Française), LSA (Lengua de Señas Argentina), entre outras.

A língua de sinais não é universal e cada país tem a sua própria, como acontece com as línguas orais: a língua portuguesa, a língua inglesa, a língua espanhola, a língua alemã. Vale lembrar que a LIBRAS não é a tradução da língua portuguesa, ou seja, não se trata de realizar o português sinalizado: a LIBRAS é uma outra língua com gramática e características próprias. O português sinalizado foi difundido na década de 1970 pela filosofia do bimodalismo/comunicação total, cujo objetivo era utilizar os sinais como ferramentas para o aprendizado da língua majoritária e recurso para o desenvolvimento da leitura e escrita, não assumindo a língua de sinais como língua com estrutura gramatical própria e parte de uma cultura surda.

A LIBRAS possui uma estrutura gramatical própria, com todos os elementos constitutivos da estrutura gramatical presente nas demais línguas orais. A gramática da LIBRAS não é uma adaptação da gramática da língua portuguesa.

¹ Brasil (2002).

Há níveis linguísticos que também fazem parte da língua de sinais, que são a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática.

Nas línguas orais-auditivas, existem as palavras (estruturas mínimas de significação), e nas línguas de sinais também existem os itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença encontra-se na sua modalidade de articulação, que é visual-espacial. Para a comunicação em LIBRAS não basta apenas conhecer os sinais, sendo fundamental conhecer a sua gramática própria, usada de acordo com o contexto das expressões pretendidas.

Os sinais diferenciam-se por parâmetros como as configurações de mão, os movimentos, os pontos de articulação (locais no espaço ou no corpo onde são feitos), as orientações de mão e as expressões não manuais, os quais, juntos, compõem as unidades básicas dessa língua. Assim, a LIBRAS se apresenta como um sistema linguístico que permite a transmissão de ideias e fatos, oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Como em qualquer língua, também se verificam diferenças regionais, portanto deve-se ter atenção às variações linguísticas. Então, a LIBRAS possibilita a expressão de qualquer pensamento, bem como apresentar diversidade de expressões em quaisquer áreas de estudos, tais como literatura e poesia, piadas, filosofia, elementos técnicos, etc.

Destaca-se também que a gramática da língua de sinais pode sofrer variações a depender do contexto comunicativo: formal, informal, regional e padronizado. A LIBRAS é, portanto, uma língua utilizada pelos surdos como forma de comunicação visual-espacial.

Por ser a língua natural das pessoas surdas, a LIBRAS é parte da cultura das comunidades surdas. São consideradas línguas artificiais as inventadas por um determinado grupo para um propósito específico, para comunicação internacional, por exemplo. No caso das línguas de sinais, foi criado o Gestuno, conhecido como um sistema de sinais internacionais – mencionado em um Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos em 1951 –, e que vem sendo utilizado em eventos internacionais para facilitar a comunicação entre surdos de vários países.

HISTÓRIA DA SURDEZ E DA LÍNGUA DE SINAIS

Pretende-se aqui mostrar a evolução histórica da língua de sinais, a partir das diferentes visões em relação a essa língua e também aos surdos, em diversos lugares do mundo; para tal, será usada como referência básica a obra de Strobel.²

² Strobel (2010).

A língua de sinais já existia antes de Cristo e está presente em muitas histórias no mundo todo, desde tempos remotos até os dias de hoje. Na Antiguidade, 476 d.C., em Roma, as pessoas surdas eram castigadas ou enfeitiçadas, e a questão da surdez era resolvida por abandono ou com a eliminação física – os surdos eram jogados no rio Tevere. Apenas sobreviviam aqueles que conseguiam sair do rio ou eram escondidos por seus próprios pais. A partir daí, os surdos se tornavam escravos de senhores ouvintes, sendo obrigados a passar toda a vida dentro de moinhos de trigo, realizando trabalhos braçais.

Nessa mesma época, no Egito e na Pérsia, os surdos eram considerados criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, pois o povo acreditava que os surdos se comunicavam em segredo com os deuses. Muitos surdos tinham uma vida inativa e não eram educados devido à sua forma de comunicação diferente, a qual a sociedade desconhecia e não tinha domínio.

Na Idade Média, na Grécia, os surdos eram proibidos de receber a comunhão, pois eram incapazes de confessar seus pecados; havia também decretos bíblicos que proibiam o casamento de duas pessoas surdas, menos os que recebiam favor do Papa. Ainda em 530 d.C., na Itália, encontram-se relatos de que os monges beneditinos empregavam uma forma de sinais para comunicação entre si, a fim de não violar o rígido voto de silêncio.

Na Idade Moderna, século XVI, o médico e filósofo italiano Girolamo Cardano, interessado em estudar o caso de seu filho surdo, reconheceu as habilidades do surdo e afirmou que a surdez e a mudez não impediam o desenvolvimento da aprendizagem. Cardano ainda defendia que o melhor método para os surdos aprenderem era por meio da escrita, pois para ele era um crime não instruir um surdo-mudo. Ele utilizava a língua de sinais e a escrita com os surdos.

Na Espanha, Pedro Ponce Leon estabeleceu um método formal para a educação de surdos em um monastério de Valladolid. Inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia a dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis. Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlanger e Pedro se tornou padre, com a permissão do Papa. Ainda, Pedro Leon criou métodos para educar surdos por meio de datilografia, escrita e oralização e criou também uma escola para professores surdos. Após sua morte, não houve publicação e seu método caiu no esquecimento, pois a tradição na época era guardar segredo sobre os métodos de educação de surdos.

Em 1613, Fray de Melchor Yebra, de Madri, escreveu um livro chamado *Refugium Infirmorum*, que descreve e ilustra o alfabeto manual. Na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) iniciou a educação de outro membro surdo da família Velasco, Dom Luís, por meio de sinais, treinamento da fala e uso de alfabeto datilológico.

Seu método teve tanto sucesso que ele foi nomeado pelo rei Henrique IV como Marquês de Frenzo. Em 1620, em Madri, Juan Pablo Bonet publicou o primeiro livro sobre a educação de surdos, *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*, em que expunha o seu método oral. Bonet defendia também o ensino precoce de alfabeto manual aos surdos.

Em 1648, John Bulwer publicou *Philocopus*, no qual afirmava que a língua de sinais era capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral. Em 1755, na Alemanha, Samuel Heinicke (1729-1790) foi o pioneiro do método do oralismo puro e teve sucesso no ensino a um jovem que aprendeu a falar, a ler os lábios e a escrever. Heinicke publicou a obra *Observações sobre os mudos e sobre a palavra* e fundou, em 1778, a primeira escola de oralismo puro para surdos em Leipzig, na Alemanha, que se opunha fortemente à utilização da língua de sinais. Ficou conhecido como “padre do método alemão”.

Na França, o abade Charles Michel de L'Épée foi um educador filantrópico francês do século XVIII, que ficou conhecido como “pai dos surdos”. Ele se aproximou da comunidade surda que vagava ao redor de Paris e aprendeu a língua de sinais usada pelos surdos franceses. A partir dessa língua, criou os “sinais metódicos”, que eram a junção da língua de sinais usada pelos surdos com alguns sinais criados por ele para facilitar, em sua opinião, o ensino do francês escrito aos surdos. Assim, foi o primeiro a respeitar em alguma medida a língua usada por uma comunidade surda e a tentar usá-la nas práticas educacionais. Fundou, em 1760, a primeira escola pública para surdos, o Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris, e treinou inúmeros professores para surdos, e publicou um livro sobre o ensino dos surdos e mudos por meio de sinais metódicos: *A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos*. Colocou as regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado por Pablo Bonnet; essa obra foi, mais tarde, completada com a teoria pelo abade Roch-Ambroise Sicard. O abade Charles Michel de L'Épée faleceu em 1789, tendo fundado um total de 21 escolas para surdos na França e em outros países da Europa.

Em 1760, na Grã-Bretanha, Thomas Braidwood fundou a primeira escola inglesa para surdos em Edimburgo, na Escócia, como academia privada, onde ensinava aos surdos os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura orofacial.

No século XIX, o americano Thomas Hopkins Gallaudet parte para a Europa para buscar métodos de ensino aos surdos. Na Inglaterra, Gallaudet foi conhecer o trabalho realizado por Braidwood, na escola Watson's Asylum (uma escola onde os métodos eram secretos, caros e ciumentamente guardados), que usava a língua oral na educação dos surdos; porém, foi impedido, recusaram-se a expor para ele a metodologia. Não tendo outra opção, Gallaudet foi para a França, onde

foi bem acolhido e se impressionou com o método de língua de sinais usado pelo abade Sicard. Levou um professor surdo francês para os Estados Unidos e começou, assim, um trabalho educacional considerando a língua de sinais. Em 1864, Edward Gallaudet fundou a primeira universidade nacional norte-americana para surdos, a Gallaudet University em Washington, que era um sonho de seu pai, Thomas Hopkins Gallaudet.

Em 1855, o professor surdo francês Hernest Huet, com experiência de mestrado e diversos cursos em Paris, chega ao Brasil sob o beneplácito do imperador Dom Pedro II, com a intenção de fundar uma escola para pessoas surdas e instruí-las por meio da LSF. Contou com o apoio do imperador para fundar a escola de surdos no Rio de Janeiro, em 1857, o INES, criado pela Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857.

Cabe lembrar aqui que a LIBRAS e a ASL foram influenciadas pela LSF, mas, com o tempo, cada língua foi se transformando de acordo com a cultura de seu país. Assim, a organização da educação de surdos no Brasil está intimamente ligada ao reconhecimento da língua de sinais como possibilidade de instrução para pessoas surdas.

Ressalta-se que a língua de sinais não é mímica, nem código, tampouco linguagem de animais. Nessa época, a LIBRAS estava se constituindo, porém com pouca influência portuguesa, já que não foram os portugueses que trouxeram a língua de sinais ao Brasil. A LIBRAS tem sua origem na França, conforme exposto anteriormente, por meio do professor surdo francês Hernest Huet, que inicialmente instruía as pessoas surdas utilizando a LSF. Ele dava aulas para surdos com seus próprios métodos de educação aprendidos no Instituto de Surdos-Mudos de Paris. Foi nessa escola que surgiu a mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, e a LIBRAS foi então se configurando.

Em 1870, Alexander Graham Bell, foniatra e inventor do telefone, publicou vários artigos criticando casamentos entre pessoas surdas, a cultura surda e as escolas residenciais para surdos, alegando serem fatores que favoreciam o isolamento dos surdos da sociedade. Ele era contrário à língua de sinais, que para ele não propiciava o desenvolvimento intelectual dos surdos.

Em 1880, em Milão, Itália, aconteceu o II Congresso Internacional de Surdo-Mudez, que causou impacto em todo o mundo com relação à educação de surdos. Esse congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro. Foi então organizada uma votação para escolher o método mais adequado para educar surdos, se por meio do oralismo, da língua de sinais ou de ambos. Os professores surdos não tiveram o direito de votar e foram excluídos do congresso.

Dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas cinco dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. Então, concluiu-se que o método oral era o mais adequado para a educação de surdos e houve a proibição oficial da língua de sinais, pois para os especialistas essa língua destruía a capacidade de fala dos surdos. Destaca-se que Alexander Graham Bell teve grande influência no referido congresso.

O INES sofreu a influência das decisões do Congresso de Milão, e também no Brasil o oralismo foi adotado como forma oficial de trabalho com os alunos surdos. Em 1957, Ana Rímola de Faria Daoria assumiu a direção do INES, com a assessoria da professora Alpia Couto, proibindo oficialmente o uso da língua de sinais nas salas de aula. Mesmo com a proibição, os alunos surdos continuaram usando a língua de sinais nos corredores, nos pátios da escola, e alguns se comunicavam escondidos dos professores e funcionários.

Apenas em 1982, o padre americano Eugênio Oates publicou no Brasil a obra *Linguagem das mãos*, que continha 1.258 sinais fotografados, configurando-se como um primeiro dicionário ilustrado da língua de sinais usada no país. Em 1987, fundou-se a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), no Rio de Janeiro, federação responsável, entre outras atribuições, pela luta pelo direito linguístico dos surdos ao uso da língua de sinais. A FENEIS conquistou sua sede própria no dia 8 de janeiro de 1993. Em 2002, a FENEIS formou agentes multiplicadores de todo o Brasil para o ensino de LIBRAS, com o curso denominado LIBRAS em Contexto, em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

A língua de sinais no Brasil foi reconhecida como meio de comunicação e expressão dos surdos em 2002 pela Lei nº 10.436, de 24 de abril.³ Essa lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005,⁴ que trata com maior profundidade da educação de surdos em todos os níveis de ensino e da formação de professores bilíngues, instrutores surdos e intérpretes de LIBRAS.

Em decorrência do referido decreto, em 2006 iniciou-se a primeira turma do curso de graduação na modalidade de ensino a distância – Letras/LIBRAS – em nove polos espalhados por todo o Brasil, ministrados por instituições de ensino superior públicas federais e estaduais, sob a coordenação da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um curso de graduação que oferta dois tipos de formação: licenciatura e bacharelado. O primeiro é para formação de professores de LIBRAS e o segundo é para formação de intérpretes de língua de sinais. Em 2008, foi oferecida a segunda turma desse curso em 15 polos em todo o país.

Em 2009, foi criada a primeira turma do curso de graduação Letras/LIBRAS de modalidade de ensino presencial na Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Brasil (2002).

⁴ Id. (2005).

Em 2010, tem-se o reconhecimento da profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais pela Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010.⁵

Percebe-se que a história da língua de sinais sofreu mudanças e foi muitas vezes influenciada por diferentes grupos em diversos momentos e contextos. Partiu-se da descoberta da comunicação natural de pessoas surdas, para tentativas de oralização com o intuito de “normalizar” os surdos, até o reconhecimento da LIBRAS como língua de comunicação de pessoas surdas em nosso país. Houve a proibição da língua de sinais, o que prejudicou a evolução da educação de surdos e também o progresso de pesquisas e produções científicas em relação aos estudos linguísticos da língua de sinais. Mas com o reconhecimento da LIBRAS pela Lei 10.436,⁶ emergiram possibilidades para o livre uso da língua de sinais e a criação de novos cursos e de novos e diferentes espaços de estudos linguísticos envolvendo a língua de sinais.

ASPECTOS GRAMATICAIS DA LIBRAS

A LIBRAS tem gramática própria. Deve-se o reconhecimento linguístico das línguas de sinais, como línguas verdadeiras, ao linguista William Stokoe, que, em 1960, comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína.

Entre os componentes da LIBRAS, iniciaremos pelo alfabeto manual, que é conhecido também como alfabeto datilológico ou datilologia, com o qual é possível soletrar 27 diferentes letras (contando também com o grafema “ç”, que é a configuração de mão da letra C com movimento trêmulo) por meio da mão.

Não se deve pensar que o alfabeto manual é a língua de sinais, pois ele possui uma função específica. Na interação entre pessoas usuárias da língua de sinais, ele é utilizado para soletrar nomes próprios de pessoas ou lugares, siglas, elementos técnicos, palavras que ainda não possuem sinais correspondentes, ou em algumas situações de empréstimo de palavras da língua portuguesa, lembrando que cada formato de mão corresponde a uma letra do alfabeto do português brasileiro ou não.

Cada país tem seu próprio alfabeto manual; somente os Estados Unidos e o Canadá têm alfabetos manuais iguais. No caso dos países britânicos, o alfabeto manual é realizado com as duas mãos. Há também o alfabeto manual para as pessoas surdas-cegas, também realizado com ambas as mãos para soletrar as palavras,

⁵ Id. (2010).

⁶ Id. (2002).